nêles fixado. Eliminar-se-á no corpo dêstes artigos a exigência referente ao bilhete de identidade;

i) No § único do artigo 80.º, no artigo 81.º, na alínea a) do § 1.º do artigo 84.º, nos artigos 87.º e 89.º, no § único do artigo 100.º, no § 2.º do artigo 138.º, no § 2.º do artigo 169.º, no artigo 187.º, n.º 10.º, no § 3.º do artigo 188.º, no artigo 191.º e seu § único, nos n.ºs 5.º e 6.º do artigo 199.º, no § 2.º do artigo 230.º, no § 4.º do artigo 237.º, no § 4.º do artigo 254.º, no § 1.º do artigo 268.º, no § 1.º do artigo 275.º, no § único do artigo 308.º, nos artigos 359.º e 360.º, no § único do artigo 366.º e no artigo 362.º entender-se-ão como feitas ao govêrno da colónia as referências à Direcção Geral do Ensino Técnico;

j) No artigo 95.º, em vez da palavra «sempre», ler-se-á: «de preferência»; no artigo 99.º eliminar-se-á o n.º 8.º;

k) Os artigos 130.º, 174.º, n.º 5.º do artigo 199.º, 219.º, 226.º, 240.º, 251.º e § 2.º do artigo 296.º serão entendidos tendo em vista o disposto no artigo 42.º;

l) O artigo 136.º passará a ter a seguinte redacção: «Na correspondência oficial deverá observar-se o que vai determinado nessa matéria na Reforma Administrativa Ultramarina»;

m) No artigo 186.º será substituída a palavra «Janeiro» por «Julho»;

n) Nos artigos 302.º, 303.º e 332.º suprimir-se-á a palavra «provisórios»;

o) No artigo 310.º serão eliminadas as palavras «um têrço do vencimento de categoria e»;

p) Nos §§ 1.º e 2.º do artigo 326.º, no § único do artigo 327.º e no artigo 330.º consideram-se eliminadas as referências a: «complemento», «serviços extraordinários», «horas de serviço extraordinário»;

q) No § 1.º do artigo 359.º a referência ao Ministro será entendida em relação ao Ministro das Colónias;

r) A execução do citado decreto n.º 20:420 não prejudica o disposto no diploma legislativo n.º 540, de 13 de Janeiro do corrente ano, da colónia de Moçambique, e na portaria n.º 2:280, de 3 de Abril do ano corrente, da colónia de Angola, na parte regulada por estes dois diplomas, cujos preceitos deverão entender-se como prevalecendo sôbre os seus análogos do decreto n.º 20:420 em tudo em que dêles divirjam ou estejam em opposição.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» das colónias de Moçambique e de Angola.

Ministério das Colónias, 4 de Agosto de 1937. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Portaria n.º 8:770

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 7.º do decreto n.º 23:367, de 18 de Dezembro de 1933, que a verba da alínea b) do n.º 4) do artigo 1240.º, capítulo 10.º, destinada a «Deslocações de pessoal, passagens de ou para o exterior, por quaisquer outros motivos, da metrópole para a colónia», da tabela de despesa do corrente ano económico de 1937 da colónia de Moçambique, seja reforçada com a importância de 100.000\$, a sair das disponibilidades existentes na verba do n.º 4) do artigo 1238.º, capítulo 10.º, da referida tabela.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 4 de Agosto de 1937. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*

Portaria n.º 8:771

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 7.º do decreto n.º 23:367, de 18 de Dezembro de 1933, que a verba da alínea a) do n.º 3) do artigo 159.º, capítulo 10.º, destinada a «Deslocações do pessoal, passagens de ou para o exterior, da metrópole para a colónia», da tabela de despesa do corrente ano económico de 1937 da colónia de Timor, seja reforçada com a importância de patacas 13:000, a sair das disponibilidades existentes nas seguintes verbas:

Capítulo 4.º, artigo 37.º, n.º 1), alínea a)	8:000
Capítulo 8.º, artigo 130.º, n.º 1)	3:000
Capítulo 8.º, artigo 132.º, n.º 1)	2:000
	<hr/>
	§ 13:000

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Timor.

Ministério das Colónias, 4 de Agosto de 1937. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*

Portaria n.º 8:772

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 7.º do decreto n.º 23:367, de 18 de Dezembro de 1933, que a verba da alínea a) do n.º 3) do artigo 159.º, capítulo 10.º, destinada a «Deslocações do pessoal, passagens de ou para o exterior, por motivo de licença graciosa, da metrópole para a colónia», da tabela de despesa do corrente ano económico de 1937 da colónia de Timor, seja reforçada com a importância de 15.000\$, a sair das disponibilidades existentes na verba da alínea a) do n.º 2) do artigo 158.º, capítulo 10.º, da referida tabela.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Timor.

Ministério das Colónias, 4 de Agosto de 1937. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*

Direcção Geral do Fomento Colonial

1.ª Repartição

Decreto-lei n.º 27:923

Prevendo o orçamento para o corrente ano económico a execução de um plano de pesquisas mineiras na região do Bembe em cooperação com a colónia de Angola;

Havendo necessidade de organizar a missão que deve realizar os referidos trabalhos;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É o Ministro das Colónias autorizado a organizar uma missão técnica para o estudo geológico e mineiro da região do Bembe.

§ único. A missão destina-se a colhêr os elementos indispensáveis à apreciação económica dos jazigos cupríferos do Bembe, mas poderá subsidiariamente, e sem qualquer prejuízo dêste seu objectivo, também realizar o reconhecimento geológico e a prospecção doutras zonas do distrito do Congo, a fim de definir as suas possibilidades mineiras.

Art. 2.º A missão tem um fim essencialmente prático, devendo fazer as sondagens e abrir os poços que forem necessários para o mais rapidamente possível se avaliar o valor dos jazigos cupríferos do Bembe, por forma a

permitir a sua exploração intensiva o mais brevemente possível. Os trabalhos científicos que a missão realizar terão sempre exclusivamente em vista o fim prático para que a missão é instituída.

Art. 3.º Os trabalhos da missão não deverão exceder duas campanhas, realizadas em anos sucessivos. Se porém circunstâncias especiais o justificarem, poderá o Ministro das Colónias prorrogar por mais um ano a duração dos trabalhos.

Art. 4.º A missão fica directamente dependente da Direcção Geral do Fomento Colonial.

Art. 5.º O pessoal técnico da missão será constituído por:

- 1 engenheiro de minas, chefe;
- 1 geólogo, consultor;
- 2 engenheiros de minas, adjuntos.

§ 1.º Na metrópole poderá ainda ser recrutado o seguinte pessoal:

- 2 topógrafos;
- 2 capatazes de minas;
- 1 encarregado de máquinas;
- 5 vigilantes;
- 2 carpinteiros.

§ 2.º A missão admitirá em Angola o pessoal europeu e indígena que for necessário à boa e regular execução do seu programa de trabalhos.

§ 3.º O governador geral de Angola satisfará, sempre que as condições de serviço o permitam, as requisições do pessoal, de nomeação ou assalariados, dos serviços públicos da colónia que se torne necessário utilizar.

§ 4.º Ao pessoal a que se refere o parágrafo anterior será garantido o regresso aos seus lugares no fim dos trabalhos da missão ou depois de cada campanha.

§ 5.º Os serviços oficiais da colónia devem prestar à missão a assistência e colaboração de que a mesma carecer, mediante pedido por escrito do seu engenheiro chefe.

Art. 6.º O chefe da missão será um engenheiro de minas de reconhecida competência.

O restante pessoal discriminado no artigo 5.º e seu parágrafo será admitido pelo Ministro das Colónias, sob proposta do chefe da missão.

§ único. A admissão do pessoal referido no § 2.º do artigo 5.º compete ao chefe da missão, de harmonia com as normas que forem estabelecidas pelo Ministro das Colónias.

Art. 7.º Para a realização de análises ou de estudos especiais sobre o material colhido pela missão é a mesma autorizada a recorrer aos laboratórios oficiais da metrópole ou da colónia sempre que o julgue necessário.

§ único. Pela realização dos trabalhos laboratoriais a que este artigo se refere poderão ser fixadas gratificações, mediante proposta do chefe da missão e autorizadas pelo Ministro das Colónias.

Art. 8.º O Ministro das Colónias poderá contratar, sob proposta fundamentada do chefe da missão, pessoal nacional ou estrangeiro especializado em trabalhos de sondagens ou prospecção geofísica, quando eventualmente dêles a missão venha a carecer.

Art. 9.º Compete ao chefe da missão a elaboração de relatório circunstanciado dos trabalhos efectuados em cada campanha, os quais sempre devem ser orientados em sentido essencialmente prático.

§ único. Os estudos de gabinete necessários para esse fim serão realizados pelo pessoal da missão que tenha regressado à metrópole no final da campanha.

Art. 10.º O pessoal técnico a que se refere o ar-

tigo 5.º deste decreto terá direito, além das passagens de ida e volta em 1.ª classe, aos seguintes abonos:

a) Um vencimento mensal fixo:

Para o chefe	2.750\$00
Para o consultor	2.600\$00
Para os adjuntos	2.250\$00

b) As seguintes ajudas de custo diárias durante a permanência em África:

300\$ para o chefe e consultor, 200\$ para os adjuntos e um subsídio diário de 50\$ a estes e àqueles durante o período de trabalhos de campo.

Art. 11.º O pessoal auxiliar a que se refere o § 1.º do artigo 5.º será contratado em condições propostas pela Direcção Geral do Fomento Colonial e fixadas por despacho do Ministro das Colónias.

Art. 12.º Os vencimentos do pessoal da missão que pertence aos quadros dos serviços públicos da metrópole serão abonados, por conta da verba atribuída à referida missão, a partir da data do seu embarque para a colónia.

Os contratos de prestação de serviços regularão os abonos ao restante pessoal referido no artigo 5.º e seu § 1.º deste decreto.

Art. 13.º O Ministro das Colónias requisitará o pessoal técnico dos quadros da metrópole de qualquer serviço público necessário à realização dos trabalhos da missão, tendo em vista a especialização que os mesmos requerem, devendo esse pessoal ser cedido sempre que não faça falta aos respectivos serviços.

Art. 14.º Aos funcionários ou empregados do Estado em serviço activo que sejam contratados ou deslocados doutros quadros para fazerem parte da missão é garantido o regresso ao exercício dos seus lugares quando terminarem os trabalhos de gabinete de cada campanha.

Art. 15.º Compete à Direcção Geral do Fomento Colonial processar os vencimentos certos do pessoal de que trata o artigo 5.º deste decreto e seu § 1.º, bem como a importância das passagens requisitadas para o mesmo pessoal e quaisquer outras despesas que devam ser feitas por seu intermédio relativas à missão.

Art. 16.º Sob proposta da Direcção Geral do Fomento Colonial, aprovada por despacho ministerial, serão entregues ou postas à ordem do chefe da missão, onde convier, as importâncias que se forem tornando necessárias para as despesas a realizar com o abono de ajudas de custo, transportes, material e sua beneficiação, pagamento de serviços e outros encargos inerentes ao funcionamento dos serviços da missão.

Art. 17.º É dispensado o cumprimento das formalidades legais estabelecidas para a realização de despesas em relação àquelas que, pela sua natureza e fins especiais, devam efectuar-se durante a permanência da missão em África.

Art. 18.º A totalidade das importâncias entregues à missão nos termos do artigo 16.º constituirá um fundo a legalizar em conformidade com as disposições gerais da contabilidade pública.

§ 1.º Fica prevista a justificação por simples notas ou relações, firmadas pelo chefe e adjuntos da missão, das despesas que, pela sua natureza, não seja praticamente possível documentar com recibos em forma.

§ 2.º Quando a missão se encontrar em África e por esse motivo não possa dar cumprimento ao preceituado no artigo 24.º do decreto-lei n.º 18:381, de 14 de Maio de 1930, poderá proceder à documentação do fundo e à entrega de qualquer saldo em seguida à sua chegada a Lisboa.

§ 3.º O chefe e os adjuntos da missão são solidariamente responsáveis pelos fundos recebidos.

Art. 19.º Em Angola ficam isentos do pagamento de direitos e de quaisquer adicionais e outras imposições aduaneiras os aparelhos, utensílios, máquinas, combustíveis, lubrificantes e quaisquer outros materiais ou artigos que forem importados e que se destinem aos trabalhos que a missão deve executar na mesma colónia.

Art. 20.º As despesas com a missão das pesquisas mineiras do Bembe serão pagas por conta da dotação que anualmente fôr inscrita no orçamento do Ministério das Colónias para despesas com «Execução de um plano de pesquisas na região do Bembe em cooperação com a colónia de Angola» e pelas verbas que a mesma colónia venha a destinar àquele fim, para o que oportunamente deverão ser abertos os necessários créditos, com as contrapartidas que a colónia indicar.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Paços do Governo da República, 4 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Decreto n.º 27:924

Considerando que, por alvará de 8 de Agosto de 1914, foi dada a José Duarte Laranja Gomes Palma a concessão de licença para explorar a nascente de águas minerais denominada Vitória, situada na freguesia de Santa Vitória, concelho e distrito de Beja;

Considerando que o concessionário José Duarte Laranja Gomes Palma requiere o abandono da concessão da referida nascente, nos termos da lei vigente;

Visto o artigo 35.º do decreto-lei n.º 15:401, de 17 de Abril de 1928;

Visto o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Hidrologia);

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É declarada abandonada a concessão da nascente de águas minerais denominada Vitória, situada na freguesia de Santa Vitória, concelho e distrito de Beja, podendo ser novamente concedida, em conformidade com o disposto nos artigos 69.º e 70.º do decreto-lei n.º 15:401, de 17 de Abril de 1928.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Pedro Teotónio Pereira.

Decreto n.º 27:925

Considerando que, por alvará de 28 de Outubro de 1907, foi dada a António Centeno a concessão de licença para explorar a nascente de águas minerais denominada Herdade das Barrosas, situada na freguesia de Lavre, concelho de Montemor-o-Novo, distrito de Évora;

Considerando que o concessionário António Centeno requiere o abandono da concessão da referida nascente, nos termos da lei vigente;

Visto o artigo 35.º do decreto-lei n.º 15:401, de 17 de Abril de 1928;

Visto o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Hidrologia);

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É declarada abandonada a concessão da nascente de águas minerais denominada Herdade das Barrosas, situada na freguesia de Lavre, concelho de Montemor-o-Novo, distrito de Évora, podendo ser novamente concedida, em conformidade com o disposto nos artigos 69.º e 70.º do decreto-lei n.º 15:401, de 17 de Abril de 1928.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Pedro Teotónio Pereira.

Decreto n.º 27:926

Considerando que, por alvará de 30 de Novembro de 1906, foi dada a Inocência Joaquim Camacho Rodrigues a concessão de licença para explorar a nascente de águas minerais denominada Monte Banzão, situada na freguesia de Colares, concelho de Sintra, distrito de Lisboa;

Considerando que o concessionário Inocência Joaquim Camacho Rodrigues requiere o abandono da concessão da referida nascente, nos termos da lei vigente;

Visto o artigo 35.º do decreto-lei n.º 15:401, de 17 de Abril de 1928;

Visto o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Hidrologia);

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É declarada abandonada a concessão da nascente de águas minerais denominada Monte Banzão, situada na freguesia de Colares, concelho de Sintra, distrito de Lisboa, podendo ser novamente concedida, em conformidade com o disposto nos artigos 69.º e 70.º do decreto-lei n.º 15:401, de 17 de Abril de 1928.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Pedro Teotónio Pereira.